

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NAVAIS

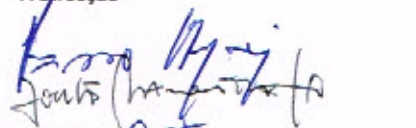
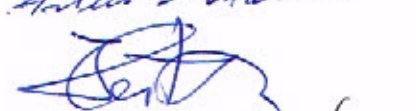
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ACTIVO	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2013 Rexpressado	31 Dezembro 2013 Inicial
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	1.017.919,01	1.065.559,55	1.065.559,55
Participações financeiras - outros métodos	51,26		
Total do activo não corrente	1.017.970,27	1.065.559,55	1.065.559,55
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	788,58	986,00	986,00
Adiantamentos a fornecedores	15.520,00	15.520,00	15.520,00
Estado e outros entes públicos	988,74	539,86	539,86
Outras contas a receber	6.370,09	19.281,80	20.098,07
Diferimentos	1.686,91	1.310,49	1.310,49
Caixa e depósitos bancários	161.793,72	141.960,38	141.960,38
Total do activo corrente	187.148,04	179.578,33	180.414,80
Total do activo	1.205.118,31	1.245.137,88	1.245.974,35
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Fundo Social	5.277,16	5.277,16	5.277,16
Resultados transitados	494.076,39	514.347,25	514.347,25
Outras variações no capital próprio	437.658,13	485.926,41	465.926,41
Resultado líquido do período	937.011,68	985.550,82	905.550,82
Resultado líquido do período	-19.579,27	-20.270,86	-20.270,87
Total do capital próprio	917.432,41	965.279,96	965.279,95
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Fornecedores Imobilizado - Retenções	21.733,61	22.738,98	22.738,98
Total do passivo não corrente	21.733,61	22.738,98	22.738,98
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	2.670,68	2.828,83	13.899,81
Estado e outros entes públicos	6.377,94	6.052,50	6.052,50
Beneméritos	224.575,10	205.143,87	205.143,87
Outras contas a pagar	32.328,57	43.093,74	32.859,24
Total do passivo corrente	285.952,29	257.118,94	257.955,42
Total do passivo	287.685,90	279.857,92	280.694,40
Total do capital próprio e do passivo	1.205.118,31	1.245.137,88	1.245.974,35

Técnico Oficial de Contas



A Direcção


 Paula Costa
 Antónia Miranda

 Fernanda Gusão
 Natália Seixas

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NAVAIS


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2014			2013	Diferença 2013 /2014
	Orçamentado	Executado	Diferença		
Vendas e serviços prestados	99.500,00	100.590,55	1.090,55	88.422,82	12.167,73
Subsídios (ISS, ME, CompEduc)	175.264,20	190.199,87	14.935,67	193.172,62	-2.972,75
Angrificação e apoio financeiros	20.100,00	22.245,28	2.145,28	8.490,06	13.765,22
Apoios (IEFF, CCAM, Grupnor)	8.808,81	5.678,29	-3.130,52	6.048,32	-370,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-15.000,00	-18.908,53	-3.908,53	-20.441,05	1.532,52
Fornecimentos e serviços externos	-46.113,13	-50.961,35	-4.848,22	-45.678,59	-5.282,76
Gastos com o pessoal	-241.485,62	-246.641,07	-5.155,45	-222.209,24	-24.431,83
Outros rendimentos e ganhos	0,00	1.659,08	1.659,08	76,77	1.582,31
Outros gastos e perdas	-200,00	-2.068,48	-1.868,48	-467,82	-1.600,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	874,26	1.793,64	919,38	7.403,89	-6.610,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-55.624,64	-51.880,54	3.744,10	-56.027,13	4.146,59
Reconhecimento subsídio	28.268,28	28.268,28	0,00	28.268,28	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-26.482,10	-21.818,62	4.663,48	-20.354,96	-1.463,66
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	2.241,45	2.241,45	84,10	2.157,35
Juros e gastos similares suportados	0,00	-2,10	-2,10	0,00	-2,10
Resultado antes de impostos	-26.482,10	-19.679,27	6.902,83	-20.270,86	691,59
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-26.482,10	-19.679,27	6.902,83	-20.270,86	691,59

Técnico Oficial de Contas



A Direcção




Fernanda Casale

Natália Seela

Fernanda Cozêto
Pete
M
vi
18
P

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NAVAIS

Anexo às demonstrações financeiras
em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Social e Paroquial de Navais é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) que tem a sua sede na Avenida Padre Ribeiro de Castro, nº 45, 4495-202 Navais (PVZ) e encontra-se inscrita na Direcção-Geral da Segurança Social, sob o nº 28 / 87, a fls 117 e verso do Livro nº 3, das Fundações de Solidariedade Social. Tem o número de identificação de pessoa coletiva 501 821 678 e a sua actividade é desenvolvida com o código do CAE (Rev. 3) 88990 e 87902, sendo detentor do fundo patrimonial no montante de 5.277,16€.

O Centro Social e Paroquial de Navais tem como Missão "Contribuir para a promoção integral de todas as Pessoas, num espírito de Solidariedade Humana, Cristã e Social, prestando serviços de Educação e Apoio Social à Comunidade e disponibilizando respostas inovadoras que vão de encontro às suas necessidades". A sua Visão é "Ser identificada como uma IPSS de referência regional, na Educação e no Apoio Social, bem como na implementação de políticas e práticas de solidariedade".

Os seus Valores são: Solidariedade Humana – Atender às necessidades da Pessoa no âmbito pessoal e social; Ética – Agir com consciência recta e sentido do bem; Justiça Equitativa – Assegurar tratamento igual, para situações iguais, respeitando a dignidade e a liberdade pessoal; Orientação para as Pessoas – Orientar os serviços para os beneficiários, velando pelo desenvolvimento e dignidade destes e assegurar a realização dos Colaboradores; Dinamismo – Ter capacidade criativa que vise atingir os objectivos Institucionais, baseando-se em comportamentos éticos; Trabalho de equipa – Unir esforços e saberes para alcançar objectivos comuns em complementaridade de funções; Qualidade – Criar serviços de excelência, respondendo às necessidades e expectativas das Pessoas.

O Centro Social e Paroquial de Navais é uma Instituição com Certificação de Qualidade desde 18 de outubro de 2013, tendo por base o Modelo de Avaliação da Qualidade do Instituto da Segurança Social, para Creche, Nível de Certificação B, sendo a Entidade Certificadora a APCER.

A sua atividade principal é desenvolvida na Travessa do Fijó, nº 18, 4495-274 Navais (PVZ) no Apoio à Infância e vem apresentar o Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados do período findo em 31.12.2014. As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 30 de Março de 2015, estando as mesmas elaboradas de acordo com o Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

A Direcção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ESNL.

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifício e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transportes	5
Equipamento Administrativo	8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Existem um conjunto de bens, inoperante ou pouco utilizáveis, entendeu-se que as taxas, serão pelo prazo máximo, ou seja pela utilização das taxas mínimas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor realizado do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

b) Imparidade de activos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados

MZ Cabete
M
B
A

na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

c) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 não existiam activos ou passivos financeiros classificados nesta última categoria.

(i) **Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

(ii) **Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

(iii) **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

(iv) **Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

e) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

f) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

g) Provisões

Fernanda Ribeiro
FL
M
C
D
A

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

h) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Fluxos de caixa

A demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de activos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

2.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adoptados na elaboração das demonstrações financeiras anexas que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de activos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

3 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31.12.2014 e 31.12.2013 detalha-se conforme se segue:

	2014	2013
Numerário	505,83	174,26
Depósitos bancários imediatamente mob:	161 287,89	141 786,12
	<u>161 793,72</u>	<u>141 960,38</u>
	<u>161 793,72</u>	<u>141 960,38</u>

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem foram efectuadas correcções de erros.

Palasto

 M

 M

 Fernando Casel

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos							
Saldo inicial	54 042,79	829 007,93	65 965,93	19 877,50	17 857,72	207 543,77	1 194 295,64
Aquisições	0,00	0,00	2 345,41	0,00	0,00	5 410,22	7 755,63
Saldo final	54 042,79	829 007,93	68 311,34	19 877,50	17 857,72	212 953,99	1 202 051,27
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	0,00	51 667,84	10 306,83	15 906,00	2 583,92	0,00	80 464,59
Depreciações do período	0,00	41 567,67	8 245,74	3 971,50	2 242,22	0,00	56 027,13
Saldo final	0,00	93 235,51	18 552,57	19 877,50	4 826,14	0,00	136 491,72
Activos líquidos	54 042,79	735 772,42	49 758,77	0,00	13 031,58	212 953,99	1 065 559,55

2014							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos							
Saldo inicial	54 042,79	829 007,93	68 311,34	19 877,50	17 857,72	212 953,99	1 202 051,27
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 240,00	4 240,00
Saldo final	54 042,79	829 007,93	68 311,34	19 877,50	17 857,72	217 193,99	1 206 291,27
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	0,00	93 235,51	18 552,57	19 877,50	4 826,14	0,00	136 491,72
Depreciações do período	0,00	41 567,67	8 245,74	0,00	2 067,13	0,00	51 880,54
Saldo final	0,00	134 803,18	26 798,31	19 877,50	6 893,27	0,00	188 372,26
Activos líquidos	54 042,79	694 204,75	41 513,03	0,00	10 964,45	217 193,99	1 017 918,01

6 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, embora o Centro Social e Paroquial de Navais, é uma entidade sem fins lucrativos enquadrada como tal a nível de IRC.

7 INVENTÁRIOS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é detalhado conforme se segue:

Os valores apresentados em Compras devem-se a géneros alimentares, consumidos e comprados diariamente, daí não existirem saldos em 31.12.2013 e em 31.12.2014;



	2013	
	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	0,00	0,00
Compras	20 441,05	20 441,05
Saldo final	0,00	0,00
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	20 441,05	20 441,05

	2014	
	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	0,00	0,00
Compras	18 908,53	18 908,53
Saldo final	0,00	0,00
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	18 908,53	18 908,53

8 ACTIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em 31.12.2014 e em 31.12.2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:


 Fernanda Rosell


	2014			2013		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	788,58	0,00	788,58	986,00	0,00	986,00
Outras contas a receber	6 370,09	0,00	6 370,09	19 261,60	0,00	19 261,60
Adiantamento a fornecedores	15 520,00		15 520,00	15 520,00		15 520,00
	<u>22 678,67</u>	<u>0,00</u>	<u>22 678,67</u>	<u>35 767,60</u>	<u>0,00</u>	<u>35 767,60</u>

9 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31.12.2014 e em 31.12.2013 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Outros Gastos a reconhecer	1 686,91	1 310,49
	<u>1 686,91</u>	<u>1 310,49</u>

10 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Fundo Patrimonial

Em 2014 o Fundo Patrimonial, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.277,16€

Resultados Transitados

De acordo com a legislação comercial em vigor, os valores positivos ou negativos dos exercícios são transferidos para esta rubrica.

11 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31.12.2014 e em 31.12.2013 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	2.670,68	2.828,83
Fornecedores Imobilizado	21.733,61	22.738,98
	<u>24.404,29</u>	<u>2.828,83</u>
Outros passivos financeiros		
Estado e outro entes Públicos	6.377,94	6.052,50
Outros	256.903,67	248.237,61
	<u>263.281,61</u>	<u>277.029,09</u>
	<u>287.685,90</u>	<u>279.857,92</u>

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2014 e em 31.12.2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	1.490,00	0,00	1.449,00
Imposto sobre o valor acrescentado	988,74	0,00	539,86	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	4.887,94	0,00	4.603,50
	<u>988,74</u>	<u>6.377,94</u>	<u>539,86</u>	<u>6.052,50</u>

13 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Prestação de serviços	100.590,55	88.422,82
Subsídios/Convenções/Acordos	218.123,44	207.701,00
	<u>318.713,99</u>	<u>296.123,82</u>

14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Vestuário	3.161,97	2.012,23
Aulas Extracurriculares	8.420,22	7.129,36
Contabilidade	1.476,00	1.599,00
Apcer	1.385,96	1.385,96
Advogados	25,73	165,73
Informática	781,24	759,53
Hig. Seg Trabalho	973,95	905,06
Outros Trabalhos Especializados	3.072,17	100,00
Publicidade e Propaganda		295,20
Vigilância e segurança	486,66	1.750,30
Deslocações e estadas	13,50	20,50
Electricidade	7.941,25	9.254,35
Conservação e Reparação	3.236,14	4.028,35
Ferramentas/Utensílios Desg.Rápido	1.662,41	145,87
Limpeza Higiene e Conforto	4.846,95	3.541,01
Material de escritório	513,48	797,15
Comunicação	1.089,41	1.217,11
Seguros	1.236,31	1.871,30
Combustíveis	637,92	420,18
Água	2.210,24	2.067,66
Rendas e Alugueres	2.656,80	2.214,00
Contencioso e Notariado	222,19	420,97
Custos TPA	578,76	493,66
Ofertas	400,00	270,01
Brinquedos	1.186,23	119,83
Material Didático	1.842,27	1.871,30
Outros	903,59	412,87
	<u>50.961,35</u>	<u>45.268,49</u>

Fernanda Costa

15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Remunerações do pessoal	209 708,49	185 248,16
Encargos sobre remunerações	35 643,52	35 451,03
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1 289,06	1 510,05
Outros	0,00	0,00
	<u>246 641,07</u>	<u>222 209,24</u>

16 DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Activos fixos tangíveis	51 880,54	56 027,13
	<u>51 880,54</u>	<u>56 027,13</u>

Carla Costa
Fernanda Costa

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Outros	1.659,08	76,77
	<u>1.659,08</u>	<u>76,77</u>

18 OUTROS GASTOS E PERDAS

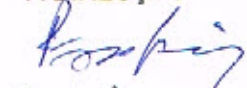

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31.12.2014 e em 31.12.2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Quotizações	60,00	300,00
Donativos	464,45	0,00
Correcções anos anteriores	1 543,03	0,00
Outros	1,00	167,82
	<u>2 068,48</u>	<u>467,82</u>

19 NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 18.

A DIRECÇÃO


João Francisco
Carla Costa
Antónia Miranda

Fernanda Costa
Natalia Seixas

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

